



Número: **0852750-70.2017.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **15ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **25/10/2017**

Valor da causa: **R\$ 12.656,25**

Assuntos: **SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSIAS GOMES DA SILVA FILHO (AUTOR)		ADSON JOSE ALVES DE FARIAS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10393359	25/10/2017 11:33	Petição Inicial	Petição Inicial
10393486	25/10/2017 11:33	PROCURAÇÃO AD JUDICIA	Procuração
10393524	25/10/2017 11:33	DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA	Documento de Comprovação
10393578	25/10/2017 11:33	DOCUMENTOS PESSOAIS	Documento de Identificação
10393640	25/10/2017 11:33	CTPS	Documento CTPS
10393693	25/10/2017 11:33	BOLETIM DE OCORRÊNCIA	Documento de Comprovação
10393735	25/10/2017 11:33	LAUDOS MÉDICOS	Documento de Comprovação
10393760	25/10/2017 11:33	PROCESSO ADMINISTRATIVO	Documento de Comprovação
11422861	04/12/2017 14:44	Despacho	Despacho
11430037	04/12/2017 17:22	Carta	Carta
12245734	25/01/2018 17:06	Aviso de Recebimento	Aviso de Recebimento
12245735	25/01/2018 17:06	AR Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT	Aviso de Recebimento
13350951	02/04/2018 16:26	Certidão	Certidão
20867078	30/04/2019 15:22	Despacho	Despacho

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA/PB.

JOSIAS GOMES DA SILVA FILHO, brasileiro, divorciado, motorista, portador do RG n.º 1.029.745 SSP/PB e do CPF n.º 436.936.794-87, e-mail: não possui, residente e domiciliado na Rua Aragão e Melo, n.º 01, Torre, João Pessoa/PB, CEP 58.040-102, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, conforme instrumento procuratório incluso, podendo receber intimações, citações, notificações, entre outros, na Rua Italo Felipe Gomes da Silva, n.º 280-A, Mangabeira II, João Pessoa/PB, vem perante V.Exa., ajuizar a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

Contra: **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ sob número 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, n.º. 74, 5.º. andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP 20.031-205, expondo e requerendo ao final o seguinte:

AB INITIO, diante da situação em que se encontra o promovente, **requesta inicialmente a Justiça Gratuita de tal forma a poder ter acesso à Justiça e fazer valer o direito de igualdade.**

Douto Julgador, é sabido que para que tenha eficácia o pedido de assistência judiciária gratuita, **nada basta além do simples pedido**, expondo a impossibilidade do constituinte em custear as despesas processuais, proferido em petição inicial, conforme preceitua o Art. 98 e seguintes do CPC.

Assim, procura-se evitar que alguém tenha frustrada a busca ou a defesa de seus direitos em decorrência de sua condição social, ou por insuficiência de meios econômicos. Em resumo, a prestação de assistência judiciária visa a assegurar duas garantias fundamentais: **a igualdade de todos e o acesso a Justiça.**

Prima facie, em atendimento ao disposto no art. 319, VII, do CPC e ainda por se tratar de matéria referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, sendo imprescindível a realização de prova pericial, o autor não opta, inicialmente, pela realização da audiência de conciliação, sem que seja realizada perícia judicial.

-EXPOSIÇÃO FÁTICA: _____



O Autor foi vítima de acidente de trânsito, fato ocorrido no dia 10 de fevereiro de 2017, quando conduzia a motocicleta pela via pública, momento em que perdeu o controle e caiu ao solo, com o impacto o Autor sofreu lesões de natureza grave, sendo socorrido pelo SAMU para o Complexo Hospitalar de Mangabeira, conforme prova Boletim de Ocorrência e documentos em anexo.

NO LAUDO MÉDICO, atesta que o Autor sofreu TRAUMA DO MEMBRO INFERIOR DIREITO + FRATURA DA TÍBIA DIREITA, conforme documentos em anexo.

Devido ao fato do sinistro em tela, decorrer de acidente de trânsito, o Autor de posse de todos os documentos, requereu administrativamente o Seguro Obrigatório DPVAT, sendo que, a seguradora, pagou, através do CONSÓRCIO DAS SEGURADORAS, a importância de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), conforme comprovante em anexo.

A FENASEG, responsável pelo pagamento das indenizações, afirma que o quantum devido deve obedecer Circular do CNSP-(CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS), que reduz o valor a ser pago afirmando que cada órgão tem um percentual, o que vai de encontro ao art, 3º e 5º ambos da Lei nº 6.194/74.

Acontece que, o valor da indenização decorrente do DPVAT, não pode ser reduzindo, visto que, uma norma não pode ficar condicionada a uma diretriz das seguradoras que exploram o seguro obrigatório em nosso país.

A Lei n. 6.194/74 determina que o pagamento do DPVAT, deverá ocorrer dentro de quinze dias, bastando apenas a simples ocorrência do acidente.

A posição da Demandada se confronta com as Leis ns. 6.194/74, e, 8.441/92, que delibera sobre o pagamento do DPVAT, afirmando que o seguro obrigatório, poderá ainda ser requerido a qualquer uma das Seguradora, que façam parte do Convênio.

DA APROPRIAÇÃO INDEVIDA PELA PROMOVIDA:

-

O Presidente Inácio Lula da Silva, em maio de 2007, sancionou a Lei nº 11.482/2007, que alterou a Lei nº 6.194/74, atendendo pleito das seguradoras, sendo que, anteriormente, o valor do DPVAT, correspondia à 40 (quarenta) salários mínimos.

O novo texto passou a ter a seguinte redação:

“Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2o desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; ”

As modificações introduzidas na Lei 6.194/74, que trata do seguro obrigatório de veículos automotores de vias terrestres ou sua carga, a pessoas transportadas ou não, o conhecido Seguro DPVAT, foi atropelada pelo Poder Executivo Federal, vez que as modificações introduzidas vieram apenas reduzir os encargos e contemplar das companhias seguradoras, as quais na grande maioria são multinacionais, e grandes operadores financeiros e grandes Bancos.

Assim foi que a Medida Provisória n.º 340/2006, transformada na Lei 11.482/2007, colocou os beneficiários da Lei 6.194/74 nas mãos das Companhias Seguradoras, em todos os aspectos legais que os beneficiavam, transformando a referida lei numa mera determinação do desejo e da vontade das seguradoras.



Ora, Douto Julgador, foi pago ao autor a importância de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), como o valor estipulado pela norma legal corresponde à R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), de logo, se conclui que a Demandada, deve indenizar o promovente no valor de R\$ 12.656,25 (doze mil seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos), valores estes que devem incidir juros de 1%, retroativos a data do sinistro, por trata-se de crime de apropriação, aplicando-se a Sumula 54 do STJ, no caso em tela.

DO VALOR DO DPVAT, ATRELADO APENAS AO QUANTUM

DA LEI 11.482/2007.

A Lei n. 6.194/74, mesmo com as alterações sofridas pela Lei nº 11.482/2007, em momento algum, faz uso, referência a aludida “Tabela”, como base de calculo, mas tão somente a ocorrência do dano.

A prova do dano fora perfeitamente identificada, apreciada pela seguradora, visto que, já houve um pagamento administrativo, efetuado de forma a menor em prejuízo do autor, no valor de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).

O cálculo é simples se o valor da indenização, em casos de invalidez nos exatos termos do Art 3º, inciso II da Lei 11.482/2007, II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), deve a seguradora pagar como forma de indenização o valor da diferença no quantum de R\$ 12.656,25 (doze mil seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos), retroativos a data do pagamento a menor.

Como se não bastasse reduzir os valores do DPVAT, que o faz tomando como base a Resolução tomada pela demandada como amparo, nasce de lavra do CNSP (Conselho Nacional de Seguros Privados) , não tendo força de lei, serve apenas para apoiar o ato ilícito patrocinado pelas seguradoras que exploram esse ramo de atividades em nosso país.

Nunca é demais ratificar que a Lei n. 6.194/74, determina o pagamento da indenização mediante a SIMPLES, ocorrência do acidente e do dano por ele provocado, no entanto, as seguradora, dentre as quais figura a recorrente, procuram inviabilizar o DPVAT, fundando sua posição em resoluções e circulares, as quais encontram em rota de colisão com o dispositivo legal infra citado.

As provas colecionadas pelo requerente, aponta, retratam a debilidade a que ficou restrito a autora. Destarte, segundo a determinação legal, será devido o pagamento da indenização mediante a simples ocorrência do acidente e da extensão do DANO por ele provado.

Não encontrando outra forma de solucionar o litígio vem invocar a tutela jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário, para dirimir tal conflito.

-DO REQUERIMENTO:

PELO EXPOSTO, requer a V.Ex.a., com fundamento no art. 3º, alínea b, e art. 5º ambos da Lei n. 6.194/74, requerer o seguinte:

1. Seja citada a Promovida, no endereço declinado na exordial, para comparecer à audiência designada por Vossa Excelência, tendo em vista o interesse em composição para solucionar o feito e realizar perícia médica, para apurar o grau de invalidez sofrido pelo Autor, e em



caso de frustração da conciliação, que seja, de logo, intimada a contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão, com fundamento no Art. 335, I, do Código de Processo Civil Pátrio;

2. A procedência da presente demanda, para o fim de condenar a requerida ao pagamento da indenização em epígrafe, fundada no pagamento de R\$ 12.656,25 (doze mil seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos), referente ao seguro DPVAT, em face da invalidez sofrida pelo Autor, de acordo com o laudo médico-pericial, desde já requerido.
3. Com base na Súmula 54 do STJ, que o valor da condenação seja acrescido de juros e correção monetária retroativos a data do sinistro;
4. Seja a demandada condenada em honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação, mais custas processuais e demais emolumentos;
5. Requer ainda a parte autora que caso a parte demanda não pague o valor da condenação no prazo legal de 15 (quinze) dias, passe a incidir sobre o quanto a multa de 10% (dez) por cento, como determina art. 475-J, do CPC;
6. Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente, depoimento pessoal das partes, pericial e documental em anexo, e demais que se fizerem necessárias, as quais desde já ficam requeridas.

Finalmente requer a gratuidade da Justiça nos termos do art. 98 e seguintes do CPC, por não ter condições financeiras, no momento, de efetuar o pagamento das custas e despesas processuais, sem prejuízo do seu sustento e de sua família, declaração de hipossuficiência em anexo;

Dá a presente causa o valor de R\$ 12.656,25 (doze mil seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos), para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,
Pede e Espera deferimento.

João Pessoa, 25 de outubro de 2017.

Bel. Adson José Alves de Farias
OAB/PB 9949



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

JOSIAS GOMES DA SILVA FILHO, brasileiro, divorciado, motorista, portador do RG n.º 1.029.745 SSP/PB e do CPF n.º 436.936.794-87, e-mail: não possui, residente e domiciliado na Rua Aragão e Melo, n.º 1, Torre, João Pessoa-PB, CEP: 58.040-102.

Constitui e nomeia:

- **Bel. ADSON JOSÉ ALVES DE FARIAS**, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/PB 9949, CPF n.º 917.578.194-87, e-mail: adsonadv@hotmail.com;
- **Bela. ROSSANA LÍGIA FERNANDES DANTAS**, brasileira, divorciada, portadora do RG n.º 7.742.986 SSP/PE e do CPF n.º 884.647.684-00, e-mail: wradvogadosjp@hotmail.com.

como seus procuradores, podendo ser intimados na Rua Ítalo Felipe Gomes da Silva, n.º 280-A, Mangabeira II, João Pessoa, Estado da Paraíba, onde receberão as intimações e notificações de praxe; ao qual confere amplos e gerais poderes para o foro em geral com a cláusula "ad Judicia", art. 38 parte final do CPC, especialmente para **AJUIZAR AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**, junto a **VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA**. Podendo o outorgado, confessar, assinar, desistir, propor e firmar acordos entre as partes, receber intimações, transigir, apresentar réplica, oposições, receber valores e dar quitação, receber alvarás judiciais junto aos cartórios das serventias judiciais, apresentar recurso e contra razões junto ao Tribunal de Justiça, substabelecer esta com ou sem reservas de poderes, podendo acompanhar todo processo até o final do julgamento e finalmente praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato. **Os honorários advocatícios, em não havendo contrato que os regule, serão pagos na base de 30% (trinta por cento) sobre o valor bruto da condenação final apurado em liquidação de sentença, sem prejuízos dos honorários de sucumbência, conforme pacto através do presente instrumento.**

João Pessoa/PB, 11 de julho de 2017.

Outorgante:

Josias Gomes da Silva Filho

Isento de reconhecimento de firma, face a Lei n.º 8.952, de 13/12/1994, que nova redação ao art. 38 do CPC.



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

JOSIAS GOMES DA SILVA FILHO, brasileiro, divorciado, motorista, portador do RG n.º 1.029.745 SSP/PB e do CPF n.º 436.936.794-87, e-mail: não possui, residente e domiciliado na Rua Aragão e Melo, n.º 1, Torre, João Pessoa-PB, CEP: 58.040-102. **DECLARA**, para os devidos fins de Direito, e a que se fizerem necessário especialmente para fazer prova Junto a **VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA**, nos termos da Lei n. 7.510, de 04 de julho de 1986, objetivando obtenção dos benefícios da Justiça Gratuita, por ser pobre na forma da Lei, não dispondo de meios para prover as custas do processo da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**. Declara ainda ser conhecedor das sanções administrativas e Criminais, caso o presente não retrate a verdade. Nada mais a constar, assino o presente para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

João Pessoa/PB, 11 de julho de 2017.

Declarante:

Adson Jose Alves de Farias



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

INTERPRINT LTDA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1030161047

NOME
JOSIAS GOMES DA SILVA FILHO

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
1029745 SSP PB

CPF
436.936.794-87

DATA NASCIMENTO
02/05/1965

FILIAÇÃO
JOSIAS GOMES DA SILVA
EUNICE GOMES DA SILVA

PERMISSÃO
ACC CAT. HAB.
AC

Nº REGISTRO
03528459062

VALIDADE
03/03/2020

1ª HABILITAÇÃO
23/07/1986

OBSERVAÇÕES

João Pessoa, 04 de março de 2015
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
JOAO PESSOA, PB

DATA EMISSÃO
04/03/2015

ASSINATURA DO EMISSOR

74918461152
PB030262089

PROIBIDO PLASTIFICAR
1030161047



**CAGEPA**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.654/0001-87

INFORME ESTE NÚMERO

MATRICULA

186775

REFERENCIA

MAI/2017

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA / ESGOTO E SERVIÇOS

JOSIAS GOMES DA SILVA
RUA ARAGAO E MELO 1

TORRE

58040-102

JOAO PESSOA

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industrial	Pública	
001.61.325.0117	0	1	0	0	0	186775
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto		
Y15N463602	05/01/2016	2	LIGADO	LIGADO		

ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (m3)	NUM. DE DIAS	PROXIMA LEITURA		
98	103	10	32	04/06/2017		
HIST. DE CONS./ANOR. LEIT.		QUALID. DA AGUA-DECRETO 2.914/2011-MS.				
NOV/2016	7	0	PARAMETROS	EXIG.	ANALIS.	CONFORMES
DEZ/2016	7	0	TURBIDEZ	294	267	267
JAN/2017	8	0	COR	77	106	106
FEV/2017	7	32	CLORO	294	267	267
MAR/2017	3	0	COL.TERMOT	0	0	0
ABR/2017	6	0	COL.TOTAIS	297	267	267
MEDIA(M)	6		DADOS REFERENTES A:FEV/2017			

DATA DA LEITURA: 08/05/2017	HORA DA LEITURA: 10:26:32				
DESCRICAO	CONSUMO	VL ÁGUA	VL ESGOTO	TOTAL(R\$)	
RESIDENCIAL CONSUMO ATE 10m	10	36,84	29,47	R\$66,31	

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$6,13 PIS E COFINS: LEI 12.741/12

VENCIMENTO:

02/06/2017

Total a Pagar:

R\$66,31

v.16.11 R. 1.0

CONDICAO DE LEITURA: REALIZADA
CONDICAO DO FATURAMENTO: REAL TIPO DE TARIFA: NORMALPOSICAO DE DEB. ANTERIOR(ES)
EXISTE(M) CONTA(S) ANTER. EM DEBITO.

INFORMACOES GERAIS:

Em conformidade com art 3 da lei 12.007/2009, informamos que não
há pendência ou fatura vencida para esta matrícula.
Esta declaração substitui a comprovação
das faturas pagas com vencimento até 31/12/2016.**CAGEPA**
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA

MATRICULA	REFERENCIA	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
186775	MAI/2017	02/06/2017	R\$66,31

82690000000-9 66310010820-3 01867750520-0 17000000002-7



Número 30690 Série CCCC7 PL

João Gomes de Sá Filho
ASSINATURA DO PORTADOR

MINISTÉRIO DO TRABALHO
SECRETARIA DE EMPREGO E SALÁRIO
CARTeira DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

12	CONTRATO DE TRABALHO	13	CONTRATO DE TRABALHO
Empregador <u>SANE - Saneamento e Artesato</u>	Empregador	Empregador	Empregador
Rua <u>ARACATUBA, Nº 321</u>	Rua	Rua	Rua
Município <u>João Pessoa - PB</u>	Município	Município	Município
Esp. do estabelecimento <u>M. Empresa</u>	Esp. do estabelecimento	Esp. do estabelecimento	Esp. do estabelecimento
Cargo <u>Gerente</u>	Cargo	Cargo	Cargo
C.B.O. nº <u>212-15</u>	C.B.O. nº	C.B.O. nº	C.B.O. nº
Data admissão <u>20 de Dezembro de 19 89</u>	Data admissão	Data admissão	Data admissão
Registro nº <u>39.215</u> Fls/Ficha <u>15</u>	Registro nº	Registro nº	Registro nº
Remuneração especificada <u>R\$ 3.000,00 (três mil e setecentos Cruzados novos)</u>	Remuneração especificada	Remuneração especificada	Remuneração especificada
Ass. do empregador ou a rogo c/ test. <u>Ass. do empregador</u>	Ass. do empregador ou a rogo c/ test.	Ass. do empregador ou a rogo c/ test.	Ass. do empregador ou a rogo c/ test.
1º	1º	1º	1º
2º	2º	2º	2º
Data saída	Data saída	Data saída	Data saída
Ass. do empregador ou a rogo c/ test.	Ass. do empregador ou a rogo c/ test.	Ass. do empregador ou a rogo c/ test.	Ass. do empregador ou a rogo c/ test.
1º	1º	1º	1º
2º	2º	2º	2º



6 QUALIFICAÇÃO CIVIL		7 ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE (Com relação nome, est. civil e data nasc.)	
Nome	<i>Fernandes Gomes da Silva</i>	Nome	
Loc. Nasc.	<i>SP</i>	Doc.	
Est.	<i>BR</i>	Nome	
Filiação	<i>Fernandes Gomes da Silva</i>	Doc.	
Est. Civil	<i>solteiro</i>	Nome	
Fis.		Doc.	
Liv.		Nome	
Reg. Civil		Doc.	
Outro doc.		Est. Civil	
Situação Militar: Doc.	<i>CD 8</i>	Doc.	
Nº	<i>33.473.313.805-23</i>	Est. Civil	
Orgão	<i>ESM</i>	Doc.	
Naturalizado Dec. Nº		Est. Civil	
Em	<i>1/1</i>	Doc.	
ESTRANGEIROS		Nome	
Chegada ao Brasil em		Doc.	
Doc. Ident. Nº		Est. Civil	
Exp. em		Doc.	
Estado		Nascimento	
Obs.	<i>Vide fls. 65</i>	Doc.	
Data Emissão	<i>23/01/85</i>	Est. Civil	
	<i>DRT/PPB</i>	Doc.	
Assinatura do Funcionário			





CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 00920.01.2017.1.00.420

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 00920.01.2017.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 10:06 horas do dia 16 de maio de 2017, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, matrícula 1331957, e lavrado por Cleodon Ferreira da Silva, Agente de Investigação, matrícula 1372424, ao final assinado, compareceu Josias Gomes da Silva Filho, CPF nº 436.936.794-87, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero masculino, profissão Motorista, filho(a) de Eunice Gomes da Silva e Josias Gomes da Silva, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 02/05/1965 (52 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Av. Aragão e Melo, Nº 377, complemento casa, bairro Torre, tendo como ponto de referência Próximo Ao Mercado, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98888-3132.

Dados do(s) Fatos:

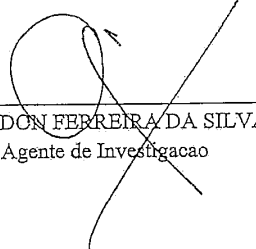
Local: Rua Barão de Mamanguape, Outros, João Pessoa/PB, bairro Torre; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 10/02/17 16:00h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO**.

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

QUE CONDUZIA A MOTOCICLETA HONDA NXR 150 BROS ESD, DE COR PRETA, ANO 2013, PLACA OFY-4224-PB, CHASSI Nº 9C2KD0540DR127311, EM NOME DO NOTICIANTE, QUANDO CAIU DA REFERIDA MOTOCICLETA, SENDO SOCORRIDO PELO SAMU PARA O HOSPITAL DE TRAUMAS DE MANGABEIRA, CONFORME CERTIDÃO ASSINADA PELA DRA. ROSANGELA MEDEIROS ESCOREL ALMEIDA, CRM 3883-PB, DATADO DE 13/03/2017, O NOTICIANTE NÃO DESEJA REPRESENTAR.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 16 de maio de 2017.


CLEODON FERREIRA DA SILVA
Agente de Investigação


JOSIAS GOMES DA SILVA FILHO
Noticiante





PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA - SAME



CNPJ 08.806.754/0015-40
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA
Av. Diógenes Chianca, 1777
Água Fria - CEP 58053-900
João Pessoa - PB

DECLARAÇÃO

O SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA, inscrito sob CNPJ: 08.806.754/0015-40, atendendo o requerimento nº 705/032, **DECLARA** para os devidos fins, que consta em nossos registros, sob protocolo: 1598692, o atendimento pré-hospitalar realizado pela referida instituição ao paciente **JOSIAS GOMES DA SILVA FILHO** idade 52 anos, vítima de **Acidente de Trânsito (Queda de Moto)** no dia 10/02/2017, na Av. Barão de Mamanguape, Bairro: Torre - João Pessoa - aproximadamente às 15:00 horas, sendo o mesmo encaminhado ao Complexo Hospitalar Tarcisio Burity (Ortotrauma - Mangabeira).

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

João Pessoa, 11 de Maio de 2017.

Jefferson da Rocha Augusto
Estatístico
CRE/5ª Região: 10171

Jefferson da Rocha Augusto
Matrícula: 67.155-6
Coordenação do SAME
SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA

Rua: Diógenes Chianca, 1777 – Água Fria – CEP: 58053-900 – João Pessoa – PB
Fone SAME: (83) 3218.9242; 3218.9125





CERTIDÃO

Nº. 0353/2017

Atendendo solicitação de **JOSIAS GOMES DA SILVA FILHO** e de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação de Ficha de atendimento ambulatorial Nº 5142 pertencente ao mesmo que foi atendido dia 10/02/17 as 16:H24min paciente vítima de acidente de moto trazido pelo SAMU, refere dor em membro inferior direito.

Submetido à avaliação médica e exame de imagem, que evidenciou fratura de tíbia direita. Medicado, realizado imobilização e liberado.

E para constar eu, Rosângela Medeiros Escorel Almeida, Médica, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 13 de março de 2017

Rosângela M. Escorel Almeida

Médica da Vigilância à Saúde

CRM-PB 3883

Médica da Vigilância à Saúde

CRM/PB 3883



Ficha Nr: 5142 Atd: Nao Regula
Data: 10/02/2017
Hora: 16:24:48
Recepcionista: MARIA HELENA R. ALEXA
Clínica: ORTOPEDIA

Num. de vezes atendido: 1

Num. Prontuario: 2017.02.002371

Natural: JOAO PESSOA/PB Data Nasc.: 02/05/1965 Id: 51

Bairro: TORRE. Cidade: JOAO PESSOA UF :PB

Pai: JOSIAS GOMES DA SILVA

Estado Civil: SOLTEIRO(A)

Escolaridade: SEGUNDO GRAU COMPLETO

INFORMACOES DE ENTRADA

esp.: IRMAO/JOSELITO GOMES DA SILVA

Rel/Doc. Responsavel: 00 / SEM DOCUMENTO: SD

Procedencia: RUA

Transporte utilizado: SAMU

Vitima de acidente por: QUEDA DE MOTO AS 14:30H NA RUA ARAGAO E MELO

Vitima de violência por: NA TORRE

[] Caso Policial

PRE-CONSULTA

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

Tipo de Classificação de Risco:

FR:

[] Aparentemente Bem [] Grave

TP:

☐ Politraumatizado ☐ Convulsao

SO:

Altura:

☐ Hemorragia ☐ Dispineia

glicemia:

IMC:

☐ Diarreia ☐ Agitado

rc. Abd:

02% :

☐ Regular ☐ Chocado

[] Vomito

Queixa Principal

Observacao

ACIDENTE DE MOTO, FERIDA EM M/D - NECA
NA CARRECA!

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

diagnostico

Horario da medicacao



SINISTRO 3170336345 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JOSIAS GOMES DA SILVA FILHO

COBERTURA Invalidez

SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO GENTE SEGURADORA S/A

BENEFICIÁRIO JOSIAS GOMES DA SILVA FILHO

CPF/CNPJ: 43693679487

Posição em 11-07-2017 09:02:24

Pagamento liberado pela Seguradora Líder DPVAT.

Valor: R\$ 843,75

O prazo para recebimento da indenização no banco depende do tempo necessário ao processamento bancário, que é de até 5 dias úteis contados a partir da data de liberação.

Data do Pagamento	Valor da Indenizacão	Juros e Correção	Valor Total
12/07/2017	R\$ 843,75	R\$ 0,00	R\$ 843,75





Poder Judiciário da Paraíba
15ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0852750-70.2017.8.15.2001

DESPACHO

Deixo de designar audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do CPC, ante a natureza da demanda, que indica ser inviável o acordo entre as partes, pela experiência comum. Não se deve ocupar indevida e desnecessariamente a pauta de audiências, já repleta, com atos inócuos e que mais retardam o andamento do processo do que promovem a sua solução.

Defiro a gratuidade.

CITE-SE pela via postal, para apresentação de contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia.

João Pessoa, 04 de dezembro de 2017.

Assinatura Digital





Poder Judiciário da Paraíba
15ª Vara Cível da Capital

Fórum Des. Mário Moacyr Porto - Av. João Machado, s/n - Centro - João Pessoa - PB CEP: 58.013-520

E-mail: jpa.15varacivel@tj.pb.gov.br - Fone: (83) 3208-2497

CARTA DE CITAÇÃO

Processo Nº:0852750-70.2017.8.15.2001

Assunto:[SEGURO]

AUTOR: JOSIAS GOMES DA SILVA FILHO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

A Sua Senhoria o(a)	Senhor(a)	REPRESENTANTE	LEGAL
SEGURADORA LÍDER DOS	CONSÓRCIOS DO	SEGURO	DPVAT
Rua Senador Dantas,	nº 74 ,	5º Andar,	Centro,
Rio de Janeiro			- RJ
CEP :			2 0 0 3 1 - 2 0 5
Carta de Citação	:		0852750-70.2017.8.15.2001

De ordem do MM. Juiz de Direito Titular nesta Vara, e cumprindo o que determina o art. 246, I, e art. 247 do CPC, combinado com a Lei 8.710/93, CITO Vossa Senhoria dos termos da ação supramencionada, cuja cópia da inicial e despacho podem ser vistos através dos link abaixo apresentar contestação no prazo de QUINZE dias. Procede-se a presente citação conforme despacho deste Juízo dos autos da ação acima mencionada.

Advirto, outrossim, que não sendo contestada a ação, no prazo legal, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulados, incidindo os efeitos da revelia (art. 344 do CPC).

Advirto-lhe, ainda, que a mudança de endereço deve ser comunicada imediatamente em juízo, sob pena de serem consideradas eficazes as intimações destinadas ao endereço anterior (art. 274, parágrafo único, do CPC).

A t e n c i o s a m e n t e ,

ANA MARIA NOBREGA MORENO

Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 17102511323514500000010160254



CERTIDÃO

Certifico que o Aviso de Recebimento (AR) foi devolvido nesta data e anexado ao Autos.

JOÃO PESSOA, 25 de janeiro de 2018

ANA TEREZA DA SILVA MACHADO





AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

JO 36314463 6 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR	
ESTADO DA PARAÍBA PODER JUDICIÁRIO	
15ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE	
Fórum Des. Manoel Mascaro Porto Av. João Machado, 5/14, Centro, 5º andar	
CIDADE / LOCALITÉ	
CEP: 58013-520 - João Pessoa-PB	
UF	BRASIL BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--



AR

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a) **REPRESENTANTE LEGAL**
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

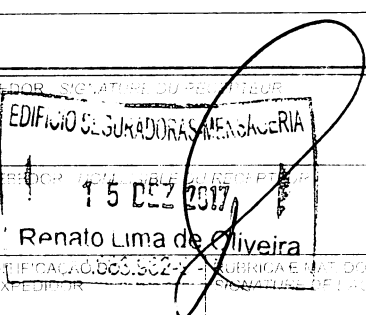
Rua Senador Dantas, nº 74 , 5º Andar, Centro,
Rio de Janeiro –RJ

CEP: 20031-205

Carta de Citação : 0852750-70.2017.8.15.2001

E

S / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI	
		<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEPTOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR	DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION	
 EDIFÍCIO SEGURADORAS MENAÇARIA 15 DEZ 2017 Renato Lima de Oliveira	R. Júnior 8.956.534-7	CDD 1º DE MARÇO - DRJ 15 DEZ 2017 RIO DE JANEIRO RJ	
Nº DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO SEGURADO / N° DU DOCUMENT D'IDENTIFICATION DU ASSURÉ			
Nº DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO SEGURADOR / N° DU DOCUMENT D'IDENTIFICATION DU ASSUREUR			
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			

FC0463 / 16

114 x 186 mm



Assinado eletronicamente por: ANA TEREZA DA SILVA MACHADO - 25/01/2018 17:06:21

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18012517062120800000011971925>

Número do documento: 18012517062120800000011971925



Poder Judiciário da Paraíba
15ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Número do Processo: 0852750-70.2017.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)
A s s u n t o : [S E G U R O]
Polo ativo: AUTOR: JOSIAS GOMES DA SILVA FILHO
Polo passivo: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

CERTIDÃO

Certifico, em função do meu cargo, que decorreu o prazo sem nenhuma manifestação do promovido, acerca do ID 11422861, tendo sido dado ciência ao mesmo via carta de citação com AR. Dou fé.

JOÃO PESSOA, 2 de abril de 2018
ANA MARIA NOBREGA MORENO



15ª Vara Cível da Capital

0852750-70.2017.8.15.2001

DESPACHO

Nomeio o **Dr. MARCOS VINÍCIOS AMORIM FREITAS** para o encargo de **Perito Judicial**, cujos honorários arbitro em R\$ 200,00 (duzentos reais), a serem antecipados pela Seguradora, em 15 dias, nos termos do Convênio nº 015/2014-TJ/PB, motivos pelos quais se faz desnecessária a obediência aos §§ 2º e 3º do art. 465, CPC. Intime-se.

Inclua-se o feito na pauta das audiências conciliatórias/DPVAT agendadas por este Juízo.

Depositados os honorários: (a) intmem-se as partes para, em 15 (quinze) dias, querendo, adotar as condutas previstas no §1º do art. 465, CPC. (b) mantenha-se contato pessoal com o nomeado para informar-lhe dia/local/horário de realização do exame pericial/audiência, enviando-se-lhe os quesitos e intimando-se as partes, assegurado o disposto no §2º do art. 466 do CPC.

Intimações necessárias.

João Pessoa, 30 de abril de 2019

Assinatura Digital

